

ECONOMIA

Brasil

Bancos dizem que juro não cai

Instituições aplicarão dinheiro liberado com queda de compulsório, em vez de emprestar

Cristina Canas, Sueli Campo e
André Moragas

SÃO PAULO e RIO

Bancos e financeiras descartam a possibilidade de queda nos juros do crédito ao consumidor por causa da redução de 20% para 10% no compulsório sobre depósitos a prazo autorizada pelo Conselho de Política Monetária (Copom), na quarta-feira. Mesmo com a liberação de R\$ 10 bilhões para o sistema financeiro, dinheiro que ficava retido no Banco Central, as instituições financeiras consideram mais vantajoso aplicar em títulos públicos do que emprestar ao consumidor. Elas alegam que os dados como desemprego, retração econômica e inadimplência exigem cautela.

— Não contamos com mudanças nas taxas no primeiro momento. Na verdade, os bancos estão com medo de emprestar — diz o economista da Federação do Comércio, Fábio Pina.

Assim, a concorrência que a liberação de recursos deveria provocar, levando os bancos a cortar juros para atrair tomadores de crédito, fica adiada até que a economia tenha indicadores mais seguros. Segundo o gerente executivo de Empréstimos e Financiamentos à Pessoa Física do Banco do Brasil, Guilherme Meneghetti, a capacidade de empréstimos dos bancos não se esgotou. Ele diz que o nível de endividamento dos clientes do banco com acesso a crédito está perto do limite, e o risco dos outros é muito alto. O diretor do banco Boavista Interatlântico, Luiz Alberto Marques, concorda que não há interesse em ampliar as carteiras de crédito e acrescenta que o consumidor também está retraído por medo de perder o emprego.

Concorrência ditará redução das taxas

• Na avaliação do sócio diretor da Cred/1, Mauro Wulcan, caso as condições macroeconômicas fossem favoráveis, ainda seria necessário pelo menos um mês para que a mudança do compulsório chegasse aos balcões do crediário. Como não houve mudança na taxa básica, qualquer alteração no juro depende da concorrência que for criada entre bancos e financeiras. Marques, do Boavista, confirma essa avaliação e diz que o banco só vai cortar juros depois dos concorrentes.

Algumas instituições, como o Bradesco, preferem não se posicionar sobre o assunto por hora.

Cálculos do economista Fábio Pina revelam que o compulsório representa menos de um oitavo da composição dos juros do crédito. Pelas suas contas, numa taxa mensal de 6%, três pontos percentuais correspondem ao custo de captação, impostos e compulsório, sendo que esse tem o menor peso. Os outros três pontos percentuais são custos e lucro do banco e taxa de inadimplência.

Para Celso Martone, consultor da MCM, a maior barreira para que a redução do juro chegue ao consumidor é a falta de concorrência que existe no sistema financeiro. Ele lembra que os clientes relutam em trocar de banco, mesmo quando sabem que há taxas menores em outras instituições. Martone afirma que é a concorrência que explica o fato de os bancos das montadoras, por exemplo, cobrarem entre 2% e 2,5% ao mês, enquanto o cheque especial está com juro médio de 11,73%. Para melhorar a concorrência, Martone faz duas sugestões: que o Banco Central estimule a criação de um cadastro de bons clientes e desburocratize o sistema.

BB promete baixar crédito em 15 dias

• O novo diretor de Finanças e Mercado de Capitais do Banco do Brasil, Vicente Paulo Diniz, afirmou ontem que, no prazo máximo de 15 dias, os correntistas do banco sentirão os efeitos da redução da alíquota do compulsório sobre depósitos a prazo das instituições financeiras, de 20% para 10%. Segundo ele, a equipe técnica do Banco do Brasil já tem uma estimativa de queda nas taxas de juros para o tomador final, que vai beneficiar, principalmente, os clientes do cheque especial e do crédito direto ao consumidor (CDC).

— Vamos repassar ao tomador final o ganho que teremos com a redução da alíquota do compulsório. O banco não se aproveitará dessa medida para aumentar seu lucro. Os efeitos serão reais para os clientes — afirmou Diniz, lembrando que o banco vem cobrando as menores taxas do mercado. — Até em função disso nosso índice de inadimplência também é um dos mais baixos.

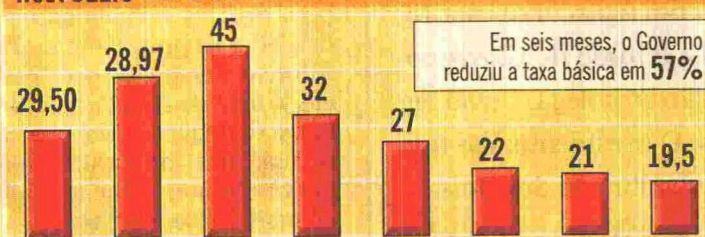
O diretor do Banco do Brasil, entretanto, não quis adiantar de quanto será a queda nas taxas de juros. Hoje, o banco cobra taxa de juros entre 8,4% e 9,4% para clientes do cheque especial e de 4,5% para as operações de crédito direto ao consumidor.

Por que as taxas ao consumidor não caem

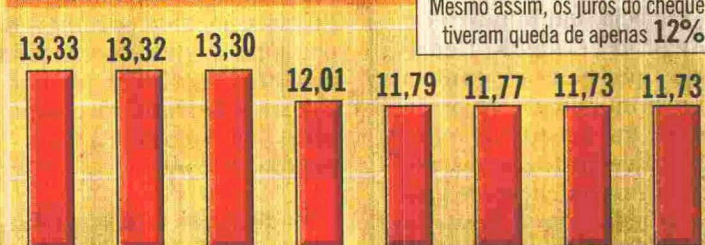
O QUE DIZEM BANCOS E FINANCEIRAS

- Os executivos dos bancos alegam que a inadimplência ainda está muito elevada, o que torna os empréstimos mais arriscados.
- Outro argumento é o nível de desemprego no país. As instituições dizem que não há indícios de aumento imediato de postos de trabalho e temem que os clientes percam empregos e não possam pagar o empréstimos.
- Os impostos federais e os recolhimentos compulsórios ao BC (cunha fiscal) encarecem os custos das operações.
- Com a economia em recessão, a procura por crédito diminui e os bancos não precisam reduzir suas taxas para disputar clientes com a concorrência.

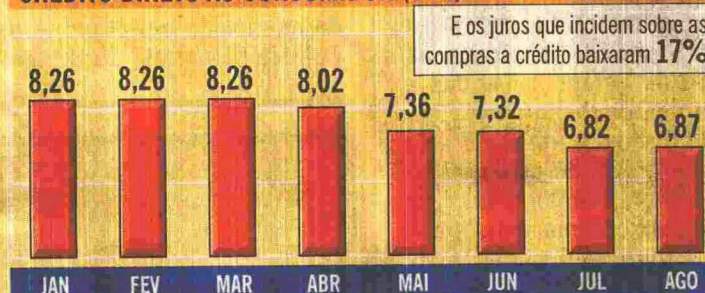
TAXA SELIC % ao ano



CHEQUE ESPECIAL % ao mês



CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR (CDC) % ao mês



FONTES: Banco Central e Anefac

A LINGUAGEM DOS JUROS

Selic

O Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) é administrado pelo Banco Central. Trata do registro de todos os títulos públicos. A sigla também dá nome à taxa básica de juros da economia, que é referência para operações de financiamento e rentabilidade das aplicações financeiras. Anteriormente, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu mantê-la em 19,5% ao ano.

Recolhimento compulsório

É uma parte do dinheiro depositado nos bancos que é repassada ao BC. É um instrumento usado para controlar a quantidade de dinheiro em circulação na economia. Anteriormente, o BC reduziu o compulsório para que os bancos tenham mais recursos para emprestar e reduzam os juros cobrados dos clientes.

Cunha fiscal

São impostos e contribuições federais que incidem sobre os empréstimos bancários. O Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) são exemplos desses custos. Os recolhimentos compulsórios também tornam o crédito mais caro.